

A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* NO ENSAIO JORNALÍSTICO: UM ESTUDO ENUNCIATIVO DO CONECTOR CONTRA-ARGUMENTATIVO “MAS”

Deise Redin MACK¹
Universidade Federal de Santa Maria
deiseredinmack@yahoo.com.br

Resumo: Neste trabalho, discutiremos a constituição do *ethos* discursivo no ensaio jornalístico a partir do uso ou não do conector contra-argumentativo “mas” na construção da persuasão. Para tanto, sob uma perspectiva ducrotiana da Linguística da Enunciação, analisaremos, comparativamente, o delineamento do *ethos* em um ensaio de Cláudio de Moura Castro e outro de Roberto Pompeu de Toledo, publicados na revista *Veja*, no mês de Setembro de 2009.

Palavras-chave: Linguística da Enunciação; *ethos*; ensaio jornalístico; marcadores discursivos.

1 Introdução

A problemática desenvolvida neste artigo tem origem na pesquisa que estamos desenvolvendo em nosso mestrado, cuja problemática aborda a constituição do *ethos* discursivo a partir dos efeitos de sentido relacionados aos marcadores discursivos no ensaio jornalístico. Nosso estudo se realiza sobre um *corpus* composto por ensaios de Cláudio de Moura Castro e de Roberto Pompeu de Toledo, publicados na revista *Veja*.

As análises desenvolvidas até o momento apontam para o conector contra-argumentativo “mas” como o marcador que possui maior recorrência. No entanto, há uma disparidade considerável em relação ao uso desse mecanismo linguístico entre um e outro conjunto de textos dos referidos ensaístas. Por essa razão, justificamos a investigação desse conector em específico, no intuito de verificar em que medida ele pode contribuir na identificação do *ethos* discursivo que emerge do texto.

Para tanto, faremos um recorte no *corpus* da pesquisa de mestrado, selecionando um ensaio de cada colunista, como amostra, para o desenvolvimento das análises neste estudo. Nossa hipótese é a de que o referido conector, sendo mais empregado ou não, pode, sim, contribuir para a constituição do *ethos* discursivo que emerge da materialidade linguística consolidada no ensaio jornalístico.

O referencial teórico que empregamos para fundamentar este artigo é o da Linguística da Enunciação, representada, principalmente, pela Teoria Polifônica da Enunciação de Ducrot (1987), das teorias sobre o *ethos*, como Amossy (2008) e Maingueneau (2008), os estudos sobre a dimensão discursiva do ensaio jornalístico, como Medeiros (2008), bem como de trabalhos sobre os marcadores discursivos, como Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999) e Fernandes (2005).

2 Fundamentação Teórica

A Linguística da Enunciação (LE) é um campo de pesquisa formado por teorias enunciativas. Flores e Teixeira (2008) explicam que muitas das teorias que pertencem à LE não foram pensadas para serem constituidoras desse campo de estudos. São as pesquisas

¹ Mestranda em Letras – Estudos Linguísticos, sob orientação da Prof.^a Dr. Ivani Cristina Silva Fernandes e apoio financeiro CAPES.

científicas *a posteriori*, principalmente a brasileira, que identificam nelas um caráter enunciativo de abordagem da língua e as colocam nesse campo. Ainda segundo os autores, as teorias da enunciação assim se caracterizam por dois fatores primordiais, quais sejam: estarem relacionadas, de alguma forma, com as ideias saussureanas em sua base e contribuírem para os estudos que tratam da enunciação.

Tratar um objeto pelo olhar da Enunciação implica pensar nas marcas linguísticas da enunciação do sujeito deixadas em determinada materialidade. O ponto de vista enunciativo está voltado aos efeitos de sentido que emergem dessa materialidade em qualquer nível linguístico, conforme o que dispuser cada *corpus* e de acordo com o olhar de cada pesquisador.

A **enunciação**, como a compreendemos, é um processo de apropriação da língua por um sujeito, num determinado tempo e espaço, de cujo processo surge o enunciado. Sabendo que a análise do conector “mas”, o qual nos ajudará a perfilar um *ethos* do locutor, se dá em nível de enunciado, ressaltamos que estamos entendendo o **enunciado** como o produto da enunciação do sujeito. É possível, ainda, especificar um pouco mais esse conceito, delimitando a extensão de um enunciado tendo em vista sua análise. Segundo Fernandes (2005), o enunciado, na modalidade escrita, está compreendido entre ponto (.), ponto de interrogação (?), ponto de exclamação (!), ponto e vírgula (;) ou dois pontos (:), quando estes dois últimos comportarem-se como ponto.²

Dentre as teorias que fazem existir um campo da enunciação, a perspectiva que adotamos em nossa pesquisa é, principalmente, aquela empreendida por Oswald Ducrot acerca do discurso como sendo constituído por diversas vozes que são organizadas por um **locutor**, este último marcando-se na língua, criando uma imagem de si, e produzindo sentidos por meio da materialidade. Essa teoria encontra-se no texto “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, presente na obra *O dizer e o dito* (1987).

O **locutor** (L), sendo uma ficção construída no e pelo discurso, é, portanto, o sujeito do enunciado³. Em contrapartida, a enunciação é dirigida a uma outra figura discursiva, construída num processo de co-enunciação, o qual chamamos de **interlocutor**. Ressaltamos que a opção por esse par conceitual (locutor/interlocutor) está fundamentada no fato de que nos filiamos à teoria polifônica da enunciação de Ducrot, na qual são chamados **enunciadores** (E1, E2, En) as vozes outras que subjazem ao discurso do locutor, além da voz aceita por este.

A partir disso, recuperamos, em nossa pesquisa, a questão do *ethos*, que tem origem pragmática, mas que, sob um olhar enunciativo, está associado ao locutor e é tratado como efeito de sentido que emerge do enunciado. Cabe, neste momento, destacar que esse termo será recuperado em nossa pesquisa porque pode representar o conjunto de enunciadores que o locutor assume em cada um de seus discursos (DISCINI, 2009). O sujeito não pode controlar os sentidos produzidos pelo seu discurso, mas é inevitável que uma imagem de si possa ser recuperada por meio das marcas de sua enunciação contidas no enunciado. A essa imagem é que chamamos *ethos*.

O *ethos*, como era entendido na Retórica, estava relacionado ao caráter do “orador”. Ele era construído tendo em vista seu “auditório”, já que se tratava de uma relação de aproximação na tentativa de persuadir. Nos estudos enunciativos, a noção de *ethos* não está relacionada aos conceitos de orador e auditório, mas às categorias linguístico-discursivas de

² Como a delimitação do enunciado é uma problemática bastante complexa, o recuso formal é o mais adequado, tendo em vista que precisamos afirmar em que momento determinado mecanismo linguístico é marcador (conectando enunciados) ou é conector intraoracional (unindo termos dentro de um mesmo enunciado). Entretanto, as marcas formais estão subordinadas a que o enunciado tenha significação completa.

³ Sobre o sujeito da enunciação, cujo estudo não é foco deste trabalho, consultar: FLORES, V. N. Sujeito da enunciação e/ou sujeito do enunciado? Exterioridade e interioridade teórica no campo da Linguística da Enunciação. In: VII CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. 2008, Pelotas. **Anais do VII Círculo de Estudos Linguísticos do Sul – Estudos da Linguagem**. Pelotas: EDUCAT, 2008. p. 87 -104.

locutor e interlocutor. Considerando que a organização das vozes pelo locutor possa ser um “colocar em funcionamento a língua” (BENVENISTE, 1989, p. 82), é provável que isso seja feito com uma certa **tendência enunciativa**, consciente ou inconscientemente, a qual revela uma imagem desse enunciador.

Conforme Fernandes (2008, p. 224), tendência enunciativa é “a recorrência de uma ou algumas estruturas linguísticas que caracterizam a forma de dizer em um discurso oral ou escrito”. Neste trabalho, a tendência enunciativa de uso do conector “mas”, acreditamos, poderá nos auxiliar na perfilação do *ethos*.

De acordo com Amossy (2005), foi Ducrot quem integrou o termo *ethos* aos estudos enunciativos, por meio da teoria polifônica da enunciação. Com relação ao *ethos*, Ducrot, inspirado na retórica aristotélica, associa o locutor a uma imagem de si na busca da persuasão e não ao que enuncia sobre si. Nas palavras de Ducrot (1987, p. 189), o *ethos*

não se trata de afirmações auto-elogiosas que ele pode fazer de sua própria pessoa no conteúdo do seu discurso, afirmações que podem ao contrário chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe confere a fluência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos. (...) O *ethos* está ligado a L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado [*affublé*] de certos caracteres que, por contraponto, tornam esta enunciação aceitável ou desagradável.

Ademais, Maingueneau (2008) aponta que, em estudos sobre essa instância discursiva, remonta-se, geralmente, à *Retórica* de Aristóteles, porque nela há a primeira elaboração conceitual de *ethos*, conhecida entre os linguistas. No entanto, como afirma o autor, no mundo contemporâneo, a Retórica está entre nós, presente nas mais diversas disciplinas, com interesses distintos. Para Maingueneau (2008, p. 13), Ducrot, ao integrar o *ethos* aristotélico a uma conceituação enunciativa, a qual transcrevemos acima, associou o termo “à própria enunciação e não a um saber extra-linguístico sobre o locutor”, já que Ducrot concebe a enunciação como aparecimento de um enunciado.

Em virtude de ser uma construção discursiva, o locutor, conforme Maingueneau (2008), não precisa dizer de si, pois no momento do aparecimento do enunciado uma representação de si é feita e, posteriormente, pode ser identificada por meio da materialidade linguística presente no enunciado. Nesse sentido, um perfil dessa imagem (*ethos*) é esboçado pela materialidade linguística, através da própria enunciação (MAINGUENEAU, 2008). Acerca disso, consoante a Ducrot (1987), por ser o *ethos* mostrado e não dito, ele revela muito mais do locutor do que aquilo que este deixa explícito sobre si.

Para Amossy (2005, p. 137), o *ethos* é uma “imagem de si [locutor] construída no discurso”. Também Fiorin (2008, p. 139) compartilha dessa ideia quando afirma que o *ethos* é “um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria o enunciado, de um psiquismo responsável pelo discurso”.

Diante disso, entendemos que o *ethos* pode emergir de efeitos de sentido presentes na enunciação e não uma entidade que precede a ela. É possível esboçá-lo com o auxílio do enunciado. Como estamos, em nosso trabalho, visando à compreensão do *ethos* não só como efeito de sentido, mas também como parte da argumentação, recordamos que Ducrot postula que essa materialidade “se coloca a serviço do *ethos*” e, desse modo, contribui também com a argumentação (DUCROT, 2008, p. 39).

Definido o nosso objeto de estudo, o *ethos* discursivo, passemos à conceituação da categoria de análise que julgamos significativa para descrever o locutor e, posteriormente, identificar o *ethos* no *corpus* selecionado. A noção de **marcadores discursivos** comporta expressões que ultrapassam os níveis morfológico e sintático de classificação. Segundo Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999, p. 4057), os marcadores discursivos são

unidades linguísticas invariáveis, não exercem uma função sintática no marco da predicação oracional – são, pois, elementos marginais – e têm uma incumbência coincidente no discurso: o de guiar as inferências que se realizam na comunicação de acordo com suas diferentes propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas.

Os marcadores são classificados, conforme os estudos de Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999) e Fernandes (2005) em cinco classes, a saber: Estruturadores da Informação (Comentadores, Ordenadores e Digressores), Conectores (Aditivos, Contra-argumentativos e de Causalidade), Reformuladores (Explicativos, Retificativos, de Distanciamento e Recapitulativos), Operadores Argumentativos (de Reforço Argumentativo, de Concretude e Aditivos) e Marcadores Conversacionais (de Modalidade Epistêmica, de Modalidade Deôntica, Enfocadores de Alteridade e Metadiscursivos Conversacionais). Não vamos nos deter a definir cada uma das classes e subclasses de marcadores porque o foco de nosso estudo está em um conector em especial, o “mas”. Sendo o “mas” um **Conector Contra-argumentativo**, ele introduz argumentos que superam ou pelo menos atenuam os apresentados nos enunciados anteriores (MARTÍN ZORRAQUINO; PORTOLÉS LÁZARO, 1999).

O caráter enunciativo da formulação proposta por Martín Zorraquino e Portolés Lázaro (1999) é a de que os marcadores orientam as **inferências** no momento em que são utilizados na enunciação e nas demais enunciações que surgem cada vez que o enunciado é lido/ouvido. O termo inferência é próprio da teoria desses autores para referirem-se aos sentidos vários que têm uma enunciação, levando em conta seu contexto espaço-temporal, bem como seus participantes. Quando nos referirmos a inferências, em nossa análise, estaremos, também, remetendo-nos às possibilidades de sentido que emergem da materialidade linguística.

Por fim, precisamos assinalar a pertinência enunciativa do **ensaio**, já que é na configuração desse gênero textual que analisamos o *ethos*. Os ensaios publicados na revista *Veja* ganham certo destaque ao contarem com espaços reservados semanalmente na revista e por possuírem colunistas específicos que os assinam. De acordo com Medeiros (2008), o ensaio é um gênero híbrido, que cumpre uma função argumentativa num contexto sócio-histórico, já que reflete o momento em que está inserido e remete à comunidade discursiva a de quem e para quem se dirige.

Ao tomar o ensaio em nosso estudo, queremos tratar a argumentação inerente ao gênero não como uma tipologia textual que está na base desse gênero, pois entendemos que a argumentação não é engessada por um gênero. Mas, quando pensamos no ensaio para trabalhar a produção de sentidos, estamos compreendendo-o como a enunciação de um discurso persuasivo de mídia impressa.

3 Metodologia

O *corpus* analítico, neste estudo, é composto por um ensaio de Cláudio de Moura Castro e outro de Roberto Pompeu de Toledo, ambos veiculados na revista *Veja*, os quais se encontram em anexo. O critério adotado para a seleção dos textos foi o de que tivessem sido publicados no mesmo período, qual seja: o mês de setembro de 2009.

Interessa-nos, especialmente, a análise enunciativa daqueles enunciados em que há o emprego do conector contra-argumentativo “mas”, em ambos os textos dos colunistas e, também, os enunciados em que há uma relação contra-argumentativa presente, mas estabelecida por outro recurso linguístico que não só o referido conector.

Neste trabalho, adotamos como método de análise os pressupostos do paradigma indiciário. Segundo Ginzburg (1989, p. 152), o paradigma indiciário revela “um saber de tipo veneratório”, caracterizado pela “capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diariamente”.

Esse modelo epistemológico nos auxilia na medida em que a análise de marcas, como o uso do conector contra-argumentativo “mas”, deixadas por um sujeito em uma materialidade conduz a certas tendências enunciativas e seus efeitos de sentido. Portanto, ao passo que formos apresentando a análise desse conector, pretendemos descrever o locutor para chegar à imagem desse locutor que emerge da materialidade linguística.

4 Análise dos Ensaio e Discussão dos Resultados

Está em foco a análise do conector contra-argumentativo “mas”. A contra-argumentação caracteriza-se pela apresentação de um argumento que se quer refutar e, em seguida, do argumento que funcionará como contra-argumento. Iniciemos a análise do marcador discursivo em questão nos enunciados em que ele se faz presente no ensaio de Moura Castro. Seguindo a ordem de ocorrência no texto, temos, como primeiro caso, o seguinte:

- (1) Nas democracias, o governo cumpre os desígnios dos cidadãos. O povo diz o que quer, o governante executa. Parece uma receita infalível. **Mas** será? (Cláudio de Moura Castro, 30 de setembro de 2009)

Esse ensaio se baseia em pesquisas que apontam um distanciamento entre o que as pessoas desejam e o que realmente é necessário para o desenvolvimento de um país. Nessa primeira sequência enunciativa, o conector introduz um enunciado com uma pergunta retórica. De acordo com a teoria enunciativa que nos embasa, temos, nesse caso, um locutor que apresenta dois posicionamentos em relação ao tema e que define a sua perspectiva através do conector, refutando a perspectiva de E1 para associar-se a de E2:

E1 – o governo democrático sempre cumpre as solicitações do povo. Veja-se o emprego do adjetivo “infalível” – “que não pode deixar de produzir o resultado esperado” (HOUAISS, 2007);

E2 – o governo democrático nem sempre cumpre as solicitações do povo. Veja-se o emprego do ponto de interrogação, indicando dúvida, e o emprego do conector, indicando que o enunciado que introduz é um contra-argumento.

Fica evidente a opção pelo ponto de vista de E2, já que há a ocorrência do conector contra-argumentativo introduzindo a pergunta retórica. Passemos ao segundo caso:

- (2) Verificou-se também que o estado de saúde das pessoas pouco se associa com as suas percepções de saúde. No Brasil, pobres e ricos estão igualmente satisfeitos com os serviços de saúde. **Mas** sabemos serem piores para os pobres. (Cláudio de Moura Castro, 30 de setembro de 2009)

A estrutura da contra-argumentação aqui é a mesma do caso anterior. Há a apresentação de dois pontos de vista:

E1 – pobres e ricos acreditam ter bons serviços de saúde, visto que estão “satisfeitos”, isto é, “farto, saciado, repleto” (HOUAISS, 2007);

E2 – o serviço de saúde dos pobres é pior do que o dos ricos, por isso o governo não pode deixar de investir nessa área.

Assim, diante do emprego do marcador discursivo introduzindo o enunciado, podemos afirmar que o segundo posicionamento é o que representa também o deste locutor. Observemos, agora, o terceiro caso:

- (3) Na área econômica, as percepções também estão desalinhadas com a realidade. Mais renda se associa a mais satisfação. Até aqui, vamos bem. **Mas** o crescimento econômico traz desagradados. Entre outras coisas, requer mudança de políticas, reformas e outros sustos, mais temidos do que a pobreza. Apesar de o desenvolvimento econômico acabar beneficiando os pobres, são eles que mais resistem às mudanças. (Cláudio de Moura Castro, 30 de setembro de 2009)

Nesse terceiro caso, novamente o conector introduz o ponto de vista assumido pelo locutor, isto é, o de E2. Vejamos:

E1 – todos concordam que maior renda traz mais satisfação.

E2 – os pobres não concordam que maior renda traz satisfação.

Tendo em vista os casos anteriores associado a este, o emprego do conector “mas” esboça de um perfil de locutor que constrói sua argumentação, baseada em contra-argumentos, cuja relação está explicitamente marcada na materialidade linguística pelo uso desse conector.

- (4) A história classifica como estadistas aqueles que perceberam as reais necessidades do país, assumiram o risco da impopularidade no curto prazo, mas souberam vender suas ideias com sucesso. Na teoria, a receita é simples: visão, coragem e liderança. A pílula pode ser amarga. Churchill jogou pesado quando ofereceu aos ingleses apenas “sangue, suor e lágrimas”. **Mas** ganhou.

Mais uma vez, o emprego do conector marca o posicionamento assumido pelo locutor: E2 em detrimento de E1.

E1 – a oferta de Churchill vai contra os princípios de paz da humanidade. Veja-se a citação retirada do discurso do próprio ministro britânico em que se empregam substantivos que remetem à guerra.

E2 – a oferta de Churchill salvou o país. Veja-se o emprego do verbo “ganhou”.

Quando se apresenta o ponto de vista de E1 e se aceita o ponto de vista de E2, numa argumentação, reconhece-se que existem outros posicionamentos diante de um fato, outros argumentos. E, quando se marca essa relação com um conector contra-argumentativo, produz-se, como efeito de sentido possível, maior clareza na explicitação da contra-argumentação, dentro da dinâmica enunciativa.

O ensaio analisado até o momento vai sendo construído sobre contra-argumentações bem marcadas com esse uso do conector sempre na introdução do ponto de vista de E2, o qual

é assumido por L. Desse modo, molda-se um *ethos* metódico para esse L. Ou seja, todas as contra-argumentações são marcadas por um conector contra-argumentativo. É um *ethos*, portanto, que guia a interpretação do interlocutor para uma contra-argumentação em determinados momentos, isto é, nos casos que apresentamos.

A partir de agora, observemos o uso, ou não, do conector contra-argumentativo “mas” no ensaio de Pompeu de Toledo.

- (5) A performance de Vanusa passa de computador a computador para fazer rir. Este artigo tem por objetivo defendê-la. Que atire a primeira pedra quem nunca confundiu os versos de ida ("Ouviram do Ipiranga" etc.) com os da volta ("Deitado eternamente em berço esplêndido"). Que só continue a ridicularizar a cantora quem nunca removeu os raios fúlgidos para o lugar do raio vívido, ou vice-versa. (Roberto Pompeu de Toledo, 23 de setembro de 2009)

Esse ensaio faz referência ao episódio em que uma cantora da jovem guarda, em apresentação recente (considerando a data em que foi publicado o ensaio), provocou polêmica, principalmente na *internet*, ao cantar o Hino Nacional Brasileiro de modo distinto ao que se encontra na letra original. Na primeira sequência enunciativa que recortamos do ensaio de Pompeu, não há o emprego do conector “mas”, embora exista aí uma contra-argumentação. Pensando enunciativamente, temos, por exemplo, esta representação:

E1 – Vanusa não sabe cantar o Hino Nacional;

E2 – Nenhum brasileiro sabe exatamente cantar o Hino Nacional, pois já erraram a letra, observe-se a expressão “quem nunca”.

O locutor assume o ponto de vista de E2, que, aparentemente, defende a cantora, contrário ao que a criticou por sua atuação. Observe-se que existe, na composição da contra-argumentação, uma intertextualidade bíblica (João 8:1-11). Nesse texto bíblico, uma mulher acometida em adultério foi julgada ao apedrejamento por conta de seus pecados, mas Jesus, ao ser interrogado sobre o que pensava disse que deveria atirar a primeira pedra aquele que estivesse livre de pecados. A contra-argumentação se estabelece pela presença dessa intertextualidade bíblica, reforçada pela expressão “quem nunca”. Além disso, o emprego da expressão “continue a ridicularizar” aponta para a contra-argumentação, já que “continuar” significa “levar adiante, não interromper (o que se começou)” (HOUAISS, 2007) e que “ridicularizar” significa “pôr em ridículo”; “escarnear”, “zombar”, “caçoar” (HOUAISS, 2007). Assim, não se pode “apedrejar” alguém por um ato que já se fez ou “continuar ridicularizando” alguém por um erro que também já se cometeu.

No entanto, é preciso que se saliente que o ponto de vista de E2 não é propriamente uma defesa à atuação da cantora. Ao contrário, identificam-se na posição de E2, assumida por L, duas críticas irônicas. A primeira delas é ao rebuscamento sintático da letra do Hino Nacional, de influência parnasiana, e a outra, mais severa, à educação cultural medíocre da população brasileira a começar pela, muitas vezes, incompreensão da própria língua. Desconhecendo os significados das palavras que compõem a letra do Hino Nacional, é natural que qualquer pessoa modifique sua sintaxe.

Sabe-se que de modo geral, de acordo com a nossa pesquisa de mestrado, emprega-se menos o conector “mas” nos ensaios deste colunista do que nos de Moura Castro. No ensaio selecionado como amostra para este artigo, houve apenas uma ocorrência do conector, a qual reproduzimos a seguir:

- (6) Não. Não é que o *Hino Nacional* seja exatamente um jabberwocky. Não há nele palavras inventadas. **Mas** a combinação dos raios fúlgidos com o penhor dessa igualdade, do impávido colosso com o florão da América e do lábaro estrelado com a clava forte tem tudo para produzir um efeito jabberwocky para a multidão de brasileiros com ouvidos destreinados para os preciosismos parnasianos. A presença de palavras familiares no meio de outras estranhas, como no jabberwocky, confere a certeza de que caminhamos num terreno conhecido – no nosso caso, a língua portuguesa; no do jabberwocky original, a língua inglesa. Ao mesmo tempo, o inalcançável significado das palavras nos transfere para um universo em que a realidade se perde numa nebulosa onírica. (Roberto Pompeu de Toledo, 23 de setembro de 2009)

Nesse caso, o emprego do conector explicita a contra-argumentação, confirmando a anterior e reforçando a crítica ao ensino no Brasil. Temos:

E1 – Não há na letra do Hino Nacional palavras inventadas;

E2 – Para quem não domina a Língua Portuguesa, as palavras da letra do Hino nacional parecem inventadas.

A opção pelo ponto de vista de E2, acirrando a referida crítica está explicitamente marcada pelo emprego do conector. Não há dúvidas de que é o segundo posicionamento o que é assumido por L. Desse modo, emerge da materialidade linguística um *ethos* que, ao não empregar o conector contra-argumentativo “mas” deixa a cargo do interlocutor, em determinadas sequências enunciativas, o reconhecimento da contra-argumentação, exigindo, embora não seja nosso foco de estudo, do interlocutor um esforço maior na identificação da tese presente no ensaio.

Não estamos querendo dizer que uma das formas é mais adequada que a outra, ou que uma é superior à outra. O que queremos mostrar são os efeitos de sentido produzidos em um e outro caso, principalmente em termos de perfil de locutor que se esboça a partir de uma ou outra forma de enunciação, com maior ou menor quantidade de emprego do conector contra-argumentativo “mas”.

Desse modo, comparando os dois ensaios, nas sequências enunciativas em que houve o emprego do conector (1, 2, 3, 4 – extraídas do texto de Moura Castro – e 6 – recortada do texto de Pompeu de Toledo), a relação de contra-argumentação, sendo explícita, parece guiar o interlocutor na identificação dessa interpretação. Já naquelas em que a contra-argumentação não estava marcada, foi necessário estabelecer a relação de modo indireto, buscando o significado das palavras que formam os enunciados e estabelecendo afinidade entre elas.

As análises aqui realizadas nos levam a o resultado de que o emprego de marcadores discursivos, como o conector contra-argumentativo “mas”, configura um locutor que guia as inferências que se produzem em cada enunciado, levando à constituição de um *ethos* mais metódico, ao passo que o uso em menor quantidade do conector revela um locutor que enuncia deixando a cargo do interlocutor a identificação dessas inferências e moldando um *ethos* não tão metódico. Salientamos que não é nosso intuito discutir o valor dessas constatações, mas os efeitos de sentido produzidos por determinadas escolhas linguísticas no âmbito da Enunciação. Os ensaios, quanto ao emprego do conector contra-argumentativo “mas”, apresentam níveis de complexidade diferentes, requerendo olhares diferentes para determinados pontos, mas uma forma de trabalho com a materialidade linguística não é melhor do que a outra.

5 Conclusão

Nos ensaios selecionados para a realização deste trabalho, encontramos uma disparidade quantitativa no que diz respeito ao emprego de marcadores discursivos como o conector contra-argumentativo “mas”. Enquanto no de Cláudio de Moura Castro o emprego é mais recorrente, não o é no de Roberto Pompeu de Toledo. O que o uso ou não de um conector pode revelar acerca do *ethos* discursivo?

Identificamos que, no ensaio em que a ocorrência do conector contra-argumentativo “mas” foi maior, perfilamos, com isso, um *ethos* mais metódico na enunciação dos contra-argumentos num discurso de mídia impressa. Já naquele em que a ocorrência foi de apenas um caso, a sistematização da contra-argumentação se deu de outras formas, moldando um *ethos* não tão categórico na organização dos enunciados.

Desse modo, não se pode dizer que uma ou outra forma é mais adequada e/ou valorizada que a outra, mas que de cada uma dessas materialidades linguísticas, seja na presença ou na ausência de marcadores, emerge um *ethos* diferente como efeito de sentido. Sendo assim, a relação que se estabelece entre a constituição do *ethos* e o conector estudado no ensaio jornalístico é possível na medida em que, enunciativamente, a pensarmos sob o ponto de vista dos diferentes sentidos produzidos por uma materialidade linguística.

Por fim, sabemos que há dificuldades em se trabalhar com a união das noções de *ethos* e marcadores discursivos, como o fato de pertencerem originalmente a campos teóricos diferentes. Entretanto, acreditamos que as dificuldades somente serão minimizadas a partir do momento em que emprendermos discussões, ainda que incipientes, como esta, sobre o assunto.

6 Referências Bibliográficas

AMOSSY, R. **O *ethos* na intersecção das disciplinas**: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (org.) **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BENVENISTE, É. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

DISCINI, N. **O estilo nos textos**: histórias em quadrinhos, mídia, literatura. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Argumentación retórica y argumentación lingüística. In: DOURY, M; MOIRAND, S. (orgs.) **La argumentación hoy**: encuentro entre perspectiva teóricas. Espanha: Montesinos, 2008.

FERNANDES, I. C. S. **Los marcadores discursivos en la argumentación escrita**: estudio comparado en el español de España y en el Portugués de Brasil. 2005. 735 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2005. (Coleção Vítor).

_____. A produção de sentidos na argumentação: um percurso entre marcadores discursivos e o *ethos*. In: MOTTA-ROTH, D; CABAÑAS, T; HENDGES, G. R. **Análise de textos e de discursos**: relações entre teorias e práticas. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2008.

FIORIN, J. L. **Em busca do sentido**: estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. CD-room, versão 2.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.) **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTÍN ZORRAQUINO, M. A.; PORTOLÉS LÁZARO, J. Los marcadores discursivos. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.). **Gramática descriptiva del español**. Madrid: Espasa, 1999, v. 5, p. 4051-4213.

MEDEIROS, Maria Assunção Silva. **Ensaio jornalístico na revista Veja**: uma análise multidimensional. 2008. 160 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

7 Anexos

Texto 1

A arte de governar

"A história classifica como estadistas aqueles que perceberam as reais necessidades do país, assumiram o risco da impopularidade no curto prazo, mas souberam vender suas ideias com sucesso"

Nas democracias, o governo cumpre os desígnios dos cidadãos. O povo diz o que quer, o governante executa. Parece uma receita infalível. **Mas** será? Em cidade relativamente próspera de Minas Gerais, uma pesquisa de opinião mostrou que três quartos dos jovens reclamavam da falta de diversões. Apesar de os esgotos serem jogados *in natura* nos córregos, nem mesmo entre os adultos houve reclamações quanto à falta de tratamento de efluentes. Sabidamente, esse é o investimento que mais faz cair a mortalidade infantil. O que deve fazer o prefeito? Esgotos que salvam vidas ou espetáculos de música sertaneja que trazem votos?

Um livro recente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *Understanding Quality of Life*, mostra abundantes estatísticas sobre o que os latino-americanos mais valorizam. Nelas fica claro o conflito entre o que as pessoas querem e o que é necessário para garantir um futuro promissor para o país. Pesquemos alguns temas do livro. As pessoas querem medicina de alta tecnologia e atendimento hospitalar. Contudo, a saúde pública preventiva é mais barata e evita as doenças. Verificou-se também que o estado de saúde das pessoas pouco se associa com as suas percepções de saúde. No Brasil, pobres e ricos estão igualmente satisfeitos com os serviços de saúde. **Mas** sabemos serem piores para os pobres. Nos países mais ricos da América Latina, há mais contentamento com a situação da saúde. No entanto, quando o país cresce, baixa essa satisfação. Não dá para entender. No Brasil, 65% dos entrevistados estão satisfeitos com a educação. Somente os mais educados percebem como ela é ruim. De fato, sabemos ser péssima a sua qualidade: último lugar no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2001. Ainda pior, entre 1980 e 2000, em um grupo de 35 países, o Brasil foi o que mais recuou de posição.

Na área econômica, as percepções também estão desalinhadas com a realidade. Mais renda se associa a mais satisfação. Até aqui, vamos bem. **Mas** o crescimento econômico traz desagradados. Entre outras coisas, requer mudança de políticas, reformas e outros sustos, mais temidos do que a pobreza. Apesar de o desenvolvimento econômico acabar beneficiando os pobres, são eles que mais resistem às

mudanças. Ademais, têm uma opinião mais ingênua acerca da competência do governo. Nessa área, entra em cena um mecanismo maldito. As aspirações crescem mais rápido do que a renda.

Em suma, os governados indicam aos governantes algumas prioridades incompatíveis com o progresso. Pensam no curto prazo e são consumistas impenitentes. Dizem que querem sistemas de saúde mais caros (e mais ineficientes). Querem conforto nas escolas e desdenham mais aprendizado. Não querem as reformas econômicas imprescindíveis para crescer.

A reação mais imediata diante dessa miopia nas preferências é perguntar se não seria a melhor receita um governo autoritário, do tipo "déspota esclarecido". Contudo, como Churchill nos advertiu, a democracia é um péssimo sistema de governo, com a agravante de que não há outro melhor. A experiência com déspotas de todos os sabores não mostra um bom registro histórico. Quando acertam aqui, acolá cometem um erro mais estrondoso. Não é por aí. Temos de insistir nos acertos capengas que nos oferece um sistema democrático e na tentativa de esclarecer a opinião pública.

Os governantes se equilibram em um terreno resvaladiço. Se tentam oferecer o que trará mais progresso e desenvolvimento, sem ouvir o povo, arriscam-se a perder sua popularidade e, com ela, seu poder de implementar reformas. Podem acabar execrados e sem reformas (veja-se Jimmy Carter). Governos populistas fecham as portas para o futuro se jogam confete ao povaréu ou alimentam seus anseios imediatistas. Os exemplos latino-americanos estão nos jornais. Em contraste, governantes bem-sucedidos não perdem a ressonância com a sociedade, mas negociam também uma agenda de futuro.

A história classifica como estadistas aqueles que perceberam as reais necessidades do país, assumiram o risco da impopularidade no curto prazo, mas souberam vender suas ideias com sucesso. Na teoria, a receita é simples: visão, coragem e liderança. A pílula pode ser amarga. Churchill jogou pesado quando ofereceu aos ingleses apenas "sangue, suor e lágrimas". **Mas** ganhou. Pena que não adianta colocar um anúncio classificado do tipo "Precisa-se de um estadista".

(VEJA, Edição 2132, 30 de setembro de 2009; grifos em negrito nossos)

Texto 2

Impávida clava forte

"A cantora Vanusa virou motivo de risos. Atire a primeira pedra quem nunca confundiu a parte do 'Ouviram do Ipiranga' com a do 'Deitado eternamente'"

Quem não conhecia a cantora Vanusa, ou não se lembrava dela, agora já a conhece e tem motivos para dela não mais se esquecer. Ela fez seu triunfal ingresso, ou retorno, à fama com uma interpretação do *Hino Nacional* que circula amplamente na internet. Para os poucos que ainda não viram o vídeo, feito durante uma cerimônia na Assembleia Legislativa paulista, a cantora, cuja voz arrastada, de tonalidades sonambúlicas, já fazia suspeitar de algo errado desde o início, a certa altura se atrapalha de vez e faz a melodia descascar-se sem remédio da letra, e a letra por sua vez livrar-se da sequência em que foi composta, a terra mais garrida estranhando-se com o sol do Novo Mundo, o gigante pela própria natureza irrompendo em lugar que nunca antes frequentara. O braço forte ganhou reforços, e virou *braços fortes*. O berço esplêndido transmudou-se em *verso* esplêndido. E, na mais estonteante estocada na estabilidade das estrofes, entoou: "És belo és forte és risonho límpido se em teu formoso risonho e límpido a imagem do Cruzeiro" – assim mesmo, não só deslocando ou pulando palavras, como terminando abruptamente na palavra "Cruzeiro", desprovida do socorro do "resplandece".

A performance de Vanusa passa de computador a computador para fazer rir. Este artigo tem por objetivo defendê-la. Que atire a primeira pedra quem nunca confundiu os versos de ida ("Ouviram do Ipiranga" etc.) com os da volta ("Deitado eternamente em berço esplêndido"). Que só continue a ridicularizar a cantora quem nunca removeu os raios fúlgidos para o lugar do raio vívido, ou vice-versa. Vanusa disse que estava sob efeito de remédios, daí seus atropelos. Não há dúvida, pelo andar hesitante de seu desempenho, e pelo tom resmungado da voz, de que estava fora de controle. É pena. Fosse deliberada, e interpretada com arte, sua versão do hino teria dois altos destinos. Primeiro, iria se

revestir do caráter de uma variação, interessante por ser uma espécie de comentário à composição tal qual a conhecemos. Não seria uma variante tão bela como a *Grande Fantasia Triunfal sobre o Hino Nacional Brasileiro*, de Gottschalk, mas teria seus encantos. Segundo, assumiria a feição de uma leitura crítica do hino. Serviria para mostrar, com a insistente troca de palavras e de versos, como a letra é difícil, e extrairia um efeito cômico – deliberadamente cômico – das confusões que pode causar na mente de quem a entoa.

O inglês Lewis Carroll (1832-1898), autor de *Alice no País das Maravilhas*, criador do Chapeleiro Maluco e da festa de *desaniversário*, levou seu gosto pelo absurdo para a criação de um poema feito de palavras inventadas que se alternam com outras existentes, e cuja bonita sonoridade contrasta com o enigma de um significado impossível de ser alcançado. O poema chama-se *Jabberwocky*, e *jabberwocky*, em inglês, passou a significar um texto brincalhão, composto em linguagem inventada, mas parecendo real, sonora e sem sentido. Uma tradução do *Jabberwocky* para o português, do poeta Augusto de Campos, começa assim: "Era briluz. As lesmolisas touvas / Roldavam e relviam nos gramilvos. / Estavam mimsicais as pitalouvas / E os momirratos davam grilvos".

Não. Não é que o *Hino Nacional* seja exatamente um *jabberwocky*. Não há nele palavras inventadas. **Mas** a combinação dos raios fúlgidos com o penhor dessa igualdade, do impávido colosso com o florão da América e do lábaro estrelado com a clava forte tem tudo para produzir um efeito *jabberwocky* para a multidão de brasileiros com ouvidos destreinados para os preciosismos parnasianos. A presença de palavras familiares no meio de outras estranhas, como no *jabberwocky*, confere a certeza de que caminhamos num terreno conhecido – no nosso caso, a língua portuguesa; no do *jabberwocky* original, a língua inglesa. Ao mesmo tempo, o inalcançável significado das palavras nos transfere para um universo em que a realidade se perde numa nebulosa onírica. Já houve, e ainda deve haver, movimentos para mudar a letra do *Hino Nacional*. Não, por favor, não – seria uma pena. Seu caráter *jabberwocky* lhe cai bem. Se à sonoridade das palavras se contrapõe um misterioso significado, tanto melhor: o hino fica instigante como encantamento de fada, e impõe respeito como reza em latim. Vanusa devia aproveitar a experiência e a reconquistada fama para aprimorar uma versão cara limpa, sem voz arrastada nem tons sonambúlicos, de sua interpretação. Ela explicita como nenhuma outra o charme *jabberwocky* da letra de Osório Duque Estrada.

(VEJA, Edição 2131, 23 de setembro de 2009; grifos em negrito nossos)